

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

Miriely da Silveira Ferreira

**A importância do ensino de Libras nas escolas para a inclusão de alunos
surdos**

Juiz de Fora
2023

Miriely da Silveira Ferreira

**A importância do ensino de Libras nas escolas para a inclusão de alunos
surdos**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Faculdade de Educação da Universidade
Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial
à obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Mylene Cristina Santiago

Juiz de Fora
2023

da Silveira Ferreira, Miriely .

A importância do ensino de Libras nas escolas para a inclusão de alunos surdos / Miriely da Silveira Ferreira. -- 2023. 22 p.

Orientador: Mylene Cristina Santiago Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, 2023.

1. Libras. 2. Educação bilíngue. 3. Educação inclusiva. I. Cristina Santiago, Mylene, orient. II. Título.

Miriely da Silveira Ferreira

**A importância do ensino de Libras nas escolas para a inclusão de alunos
surdos**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Faculdade de Educação da Universidade Federal de
Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do
grau de licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em (dia) de (mês) de (ano)

BANCA EXAMINADORA

Mylene Cristina Santiago - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Queila Érica Taligliatti de Souza - Avaliador
Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

RESUMO	5
1 INTRODUÇÃO	6
2 SURDEZ NA ESCOLA E NA SOCIEDADE: A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO	8
2.1 A LIBRAS E A ACEITAÇÃO DA IDENTIDADE SURDA	12
3 A IMPORTÂNCIA DE ABORDAGENS BILÍNGUES NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS SURDOS	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	21

RESUMO

O presente artigo discute a educação inclusiva de surdos nas escolas regulares e como o ensino de Libras através de uma abordagem bilíngue é importante para esse processo de inclusão. Ensinar Libras nas escolas contribui não só para a interação dos alunos surdos, mas também para o ensino do respeito às diferenças. Saber conviver com as diferenças do outro é um dos maiores fatores para conseguirmos viver de fato uma sociedade inclusiva. A escola precisa estar preparada para que essa inclusão seja efetivamente exercida, considerando que a linguagem é uma das principais maneiras de comunicação e interação e por isso é necessário o ensino de Libras para que haja comunicação e interação entre pessoas ouvintes e pessoas surdas. Este artigo foi desenvolvido por meio da metodologia de pesquisa bibliográfica qualitativa através dos aportes teóricos de Bueno (2008), Grande (2006) e Sassaki (1998) na perspectiva de educação inclusiva, como também nas teorias dos autores Cromack (2004), Perlin (1998), Strobel (2008), Magnani (2007) e Lacerda (2006) a respeito da cultura e identidade surda na educação e Damázio (2007), Quadros (2005), Silva; Favorito (2008) sobre o modo de educação bilíngue direcionada aos alunos surdos. Diante dos resultados do estudo podemos concluir o quanto a prática bilíngue contribui para a formação dos alunos e que através dessa prática é que promovemos a verdadeira inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: INCLUSÃO; LIBRAS; SURDOS; EDUCAÇÃO BILÍNGUE.

1 INTRODUÇÃO

Início esse trabalho relatando uma experiência que vivenciei em minha infância no ambiente escolar, durante o Ensino Fundamental e Ensino Médio em que estudei com uma aluna surda e presenciei todos os seus desafios na escola, principalmente em relação à comunicação e, conseqüentemente, sua exclusão das atividades e interação com a turma. Ela tinha uma intérprete de Libras que auxiliava durante as aulas, mas era notável a distância que ela tinha em relação a professora e a turma, justamente por essa falha na comunicação.

Durante essa experiência sempre questioneei sobre a razão da turma não aprender Libras na escola, o fato de muitos professores não possuírem a formação e o conhecimento sobre a Língua Brasileira de Sinais e sobre a cultura surda. Todos esses anos, enquanto aluna ouvinte, questionava o porquê de estudarmos uma língua estrangeira na escola e não a Libras e como o ensino dessa língua para nós iria nos ajudar na comunicação com essa nossa colega surda.

Para discutirmos a educação de surdos, primeiramente precisamos conhecer o conceito de educação inclusiva. Kassir (2011) afirma que na década de 1990 estudiosos começaram a pensar na educação inclusiva como uma tarefa fundamental na educação. Esses autores defendiam a necessidade de programas que adequassem de fato as necessidades dos alunos com deficiência. Eles destacam a necessidade de um suporte e assistência para esses alunos. A defesa desse modelo de inclusão contrapõe ao modelo anterior que era as escolas especiais para alunos com deficiências.

No Brasil a Educação Inclusiva só começou a ser implementada em 1994 a partir da Conferência Mundial de Educação Especial em Salamanca. A partir desse marco, a inclusão de pessoas com deficiência passou a ser estabelecida nas escolas regulares como uma forma de democratização do ensino e a escola se tornou o ambiente primordial para que a integração dessas pessoas na sociedade seja de fato estabelecida. Para Sassaki

Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada

para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. (SASSAKI, 1998, p. 8).

A educação inclusiva visa promover o respeito e a viver com as diferenças e para que assim todos também consigam conviver em sociedade. Seu objetivo é garantir uma educação voltada para todos independente de suas condições, com isso a escola hoje é aberta para todos. É importante que a escola esteja preparada para essa recepção e que de fato esteja equipada para isso.

Este trabalho tem por objetivos: compreender a importância da Libras no processo de inclusão de alunos surdos e investigar a relevância da abordagem bilíngue nas escolas para garantir um ensino de qualidade para alunos surdos.

De modo a contemplar tais objetivos, buscaremos desenvolver o trabalho em duas etapas, com base em estudos teóricos sobre surdez e bilinguismo. Primeiramente iremos discorrer alguns pontos principais sobre como se deu a trajetória dos surdos no Brasil e no mundo ao longo da história e a aceitação da Libras até se tornar um marco histórico. Posteriormente, discutiremos a importância da Libras e o reconhecimento da cultura surda e da importância da prática bilíngue nas escolas.

2 SURDEZ NA ESCOLA E NA SOCIEDADE: A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Segundo Stobel (2006), baseado ao longo da história Europeia, os sujeitos surdos eram excluídos do convívio social. A autora afirma que antes do congresso de Milão, em 1880, existiam evidências de surdos que eram sujeitos ativos na arte, existiam naquela época autores surdos, artistas surdos, professores surdos etc.

O congresso internacional de Milão representou um marco para a história da língua de sinais, usada pelos surdos, que neste período não foi considerada de forma favorável e seu uso foi proibido na sociedade. De acordo com Stobel (2006) esse congresso era organizado por muitos especialistas oralistas que traziam em seus discursos o preconceito com a língua de sinais e em sua ideologia defendiam o oralismo puro. Os surdos eram proibidos de praticar a língua de sinais e eram obrigados a serem oralizados, mas resistem à imposição da língua oral. Sendo assim, durante anos os sujeitos surdos foram obrigados a abandonar sua identidade

e sua cultura, sendo forçados a oralizar com os ouvintes. Strobel (2006 p.37) afirma que:

Em consequência disto, a qualidade da educação dos surdos diminuiu e as crianças surdas saíam das escolas com qualificações inferiores e habilidades sociais limitadas. Ali começou uma longa e sofrida batalha do povo surdo para defender o seu direito linguístico cultural, as associações dos surdos se uniram mais, os povos surdos que lutam para evitar a extinção das suas línguas de sinais.

Strobel (2006) afirma que a educação de surdos no Brasil foi influenciada pelas metodologias que surgiram nos séculos XVI a XIX. Com os avanços e influência da medicina sobre surdez, os surdos foram considerados “doentes” e “deficientes segundo a autora. A autora afirma que:

Nessa fase, no século XIX, o atendimento era voltado à filantropia e ao assistencialismo; os sujeitos surdos eram entregues pelas famílias às instituições e asilos, em regime de internato até que estivessem aptos para retornar para o convívio familiar, o que, invariavelmente acontecia no início da idade adulta.

A partir do século XX, os surdos chegaram ao convívio social de forma mais humanizada tendo a preocupação de tirá-los do anonimato, sendo tratados como sujeitos que têm direitos e que precisam ser atendidos com atenção nas instituições educacionais. Desde então, tem ocorrido significativo avanço no que se refere ao atendimento especializado ao surdo e campanhas de assistência aos surdos. Mas, ainda assim, o poder dos ouvintes tem sido majoritário.

As escolas especializadas que atendiam pessoas surdas eram instituições que tratavam os surdos a fim de trazer “cura”, pois ainda assim eles eram vistos como incapacitados e o principal objetivo era normalizá-los e não os educar. Com isso o processo educacional dos surdos ficou bastante deturpado, pois eles eram vistos como incapazes de aprender e sendo poupados de conteúdos que os ouvintes consideravam complexos para sua compreensão. Strobel (2006) afirma que:

Torna-se mais refinado o poder ouvintista sobre os surdos e houve avanços na visão clínica, que faziam das escolas dos surdos espaços de reabilitação de fala e treinamento auditivo, preocupando-se apenas em ‘curar’ os surdos que eram vistos como ‘deficientes’ e não em educar. (STROBEL, 2006, p. 250)

Em 1857 foi fundada no Brasil a fundação que recebeu o nome de Instituto Nacional de Educação dos Surdos - INES. Essa fundação foi um grande marco para os surdos no Brasil, pois apresentava propostas educacionais e reforçou as pesquisas sobre a língua de sinais no país na década de 80. A partir dessas pesquisas é que foi realizado o primeiro curso de capacitação para professores que atuavam na educação de surdos no Brasil. Porém apenas em 2002 que a Libras foi oficialmente reconhecida através da lei nº 10.436, e por meio deste reconhecimento foram ampliados os cursos e a capacitação da Libras.

Lacerda (2006) afirma que a inclusão dos alunos surdos nas escolas é tema polêmico em nosso país, por se tratar de um desafio ao sistema escolar brasileiro, considerado ineficaz pela ausência de conhecimento sobre as especificidades linguísticas e de profissionais especializados para atuar na área. Para Damázio (2007, p. 13.):

As pessoas com surdez enfrentam inúmeros entraves para participar da educação escolar, decorrentes da perda da audição e da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas. Muitos alunos com surdez podem ser prejudicados pela falta de estímulos adequados ao seu potencial cognitivo, socioafetivo, linguístico e político-cultural e ter perdas consideráveis no desenvolvimento (sic) da aprendizagem.

Garantir o acesso dos surdos nas escolas regulares sem prover recursos e apoios necessários não possibilita processo educativo com qualidade. Não basta apenas inseri-los, é necessário que o ensino seja realmente efetivo. Através do decreto nº 5.626, de 2005 que regulamenta a lei 10.436 de 2002, ressalta a importância da Libras no ensino da pessoa surda, a Libras é indicada como disciplina curricular obrigatória no curso de formação de professores.

No Art. 14º se destaca a importância do apoio das instituições federais ao uso e a difusão de Libras entre toda a comunidade escolar, incluindo professores, alunos, funcionários, diretores e familiares, promovendo cursos para o ensinamento da língua e da cultura surda. Porém essa não é a realidade, ao receber o aluno surdo, identificamos uma escola ainda não preparada para promover de fato a inclusão.

A realidade educacional ainda é preocupante, pois vemos muitas falhas no processo educacional no que se refere às oportunidades educacionais para estudantes surdos. Muitos professores não têm formação e conhecimento da Libras e desconhecem a cultura surda. Podemos afirmar segundo Strobel (2008) que:

“Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, “ajustando-o” com as suas percepções visuais.”

Ao pensar em educação inclusiva para surdos, seria necessário focar no ensino de Libras para alunos e professores para que o processo de inclusão ocorra de maneira mais efetiva. Caso as pessoas ouvintes conseguissem se comunicar com os alunos surdos, não haveria tanta barreira de comunicação e esse aluno surdo seria realmente incluído tanto na sala de aula quanto fora dela, uma vez que essa troca se expande também para fora da escola.

Muito se fala de educação inclusiva, e que essa educação visa uma educação transformadora que engloba a todos. A Lei nº 9394/96, no artigo 58 afirma que todas as crianças com deficiência devem frequentar as escolas regulares. A educação inclusiva visa promover a equidade e possibilitar que todos consigam conviver em sociedade. Vimos por meio de Grande (2006, p. 19):

Quanto mais à criança interage espontaneamente com situações diferenciadas mais ela adquire o genuíno conhecimento, sendo assim, a inclusão é benéfica a todos, pois faz com que as crianças tenham oportunidade de conhecer e conviver com a vida humana em todas as suas dimensões e desafios (GRANDE, 2006, p. 19).

Para isso é crucial que a escola esteja preparada para essa educação e que de fato esteja equipada para isso, através de professores com formação adequada, materiais e abordagens que facilite a aprendizagem desses sujeitos através da Libras. É importante lutarmos pela inclusão do surdo, respeitando suas individualidades, e para que essa inclusão aconteça de forma plena é preciso compreender que, além da inserção do surdo no contexto social, devemos lutar pela educação e profissionalização desse sujeito. Não basta apenas inserir o surdo na educação, é preciso que de fato o ensino oferecido seja significativo e de qualidade. De acordo com Sá (2002, p.65-66):

Incluir surdos em salas de aula regulares inviabiliza o desejo dos surdos de construir saberes, identidades e culturas a partir das duas línguas (a de sinais e a língua oficial de seu país) e impossibilita a consolidação linguística dos alunos surdos.

Saber conviver com as diferenças do outro é um dos maiores fatores para conseguirmos viver de fato uma sociedade inclusiva. A linguagem é o maior recurso que o ser humano possui para alcançar aquilo que necessita e através dela que

temos a socialização dos sujeitos. Vale destacar que há vários tipos de linguagem e que a comunicação não é apenas verbal, mas também visual.

A Libras é reconhecida como língua, porém ainda poucas pessoas ouvintes se interessam e sabem se comunicar por ela. Essa problemática traz para a sociedade uma segregação e uma exclusão por parte das pessoas surdas. Podemos pensar na escola como um meio fundamental para a solução desse problema enfrentado pela falta de comunicação. Pensando nisso, embora ainda que a Libras não seja ensinada efetivamente nas escolas, podemos pensar em projetos pedagógicos para que esse ensino seja contemplado.

A importância do ensino de Libras nas escolas é notória como forma de superar as dificuldades de comunicação que os surdos enfrentam diariamente em um contexto majoritariamente ouvinte, que os tornam dependentes de pessoas que saibam a língua de sinais para que possam se comunicar. Essa dependência acontece justamente pelo fato de a sociedade não saber a língua de sinais e, conseqüentemente, traz para os surdos a exclusão e um pensamento totalmente ignorante a respeito deles. Com isso, pode-se destacar a importância de políticas públicas e projetos pedagógicos que visam a inclusão do aluno surdo no ambiente escolar, não apenas pensando em inseri-los, mas de maneira que possam ser realmente acolhidos e que tenham comunicação direta com a comunidade escolar (alunos, professores etc.).

Brito (1993 p. 87-88) traz a Libras como um instrumento indispensável para o ensino dos surdos:

Além da função comunicativa, as línguas naturais têm uma importante função que é a de suporte linguístico para a estruturação do pensamento. Esta última, frequentemente é ignorada por especialistas envolvidos na educação do surdo que consideram a língua apenas como meio de comunicação. [...] As Línguas de Sinais, por serem naturais e de fácil acesso para os surdos, são extremamente importantes para o preenchimento da função cognitiva e suporte do pensamento.

Ou seja, as escolas devem priorizar a língua dos seus alunos, seja ela Português ou Libras. A construção do conhecimento deve ser baseada de acordo com a língua e a cultura desse sujeito.

2.1 A LIBRAS E A ACEITAÇÃO DA IDENTIDADE SURDA

A comunicação do surdo com o mundo ouvinte não é apenas a única barreira, há também uma barreira cultural. Existe uma grande força por parte dos ouvintes de anular a forma de comunicação dos surdos, os fazendo se assemelhar a eles por meio da oralização sem se importar com as suas características individuais.

Tais práticas são causadas pela falta de conhecimento acerca do povo surdo, pois acham que estes vivem de forma isolada e que devem viver de acordo com a cultura dos ouvintes para que sejam considerados “normais”. Os ouvintes criaram historicamente um estereótipo de incapacidade e de deficiência para o surdo. Esse estereótipo criado jamais acolhe o surdo na sociedade e que se cria um preconceito sobre essas pessoas de uma forma totalmente equivocada.

Os surdos procuram resistir e lutar pelos seus direitos de cidadania e linguísticos. Magnani (2007) estabelece a cultura surda como um conjunto de pessoas que partilham de comportamentos semelhantes, como na língua, nas relações sociais, nas histórias e na literatura sobre os surdos. É importante destacar que cada cultura tem seus valores e costumes e linguagem própria, o que não é diferente da cultura surda. Vemos o quanto a representatividade é importante para essa luta em respeito às diferenças. Para Cromack (2004), p.73:

A oralização, para os surdos que defendem as políticas afirmativas, representa, hoje, um modo de relação na qual os surdos vivem valores em que sua diferença é vista como desvantagem, como uma espécie de ‘menos valia’. Ser oralizado, para muitos deles, é assumir esse lugar social do diferente deficiente, do diferente de menor valor. Assim, trata-se de assumir uma diferença – a surdez – mas negar seu valor negativo através da imposição de novos sentidos à condição de surdez, que agora é ressignificada como uma cultura singular, um modo de vida particular que possui o mesmo valor que aquele dos ouvintes. Como consequência, para alguns, é preciso romper com o mundo ouvinte e valorizar a relação com os pares e a sua forma de comunicação singular, a Libras. (Cromack, 2004, p.73).

Com base nisso vemos através da pesquisa de Perlin (1998) relatos de vivências tanto de sua vida como de pessoas surdas que ela convivia. A autora é surda e se interessou em sua pós-graduação para estudar sobre a perspectiva de vida e a identidade surda. A autora conta que sua surdez não é nativa, ela se tornou surda através de uma meningite ainda na infância. Ela relata que a sua vida inteira foi cercada por ouvintes, mas em um certo tempo teve a necessidade de conviver e ter mais contato com pessoas surdas, pois ela sempre se sentia excluída por não

conseguir se comunicar através de leitura labial, o que dificultava sua comunicação com os ouvintes. Quero aqui destacar um dos relatos que a autora trouxe em seu estudo. Esse relato é de uma jovem de 26 anos, surda.

Não sei como me descobri surda. Acho que ser surda é uma consequência normal que somente se descobre a diferença com o tempo. Eu sentia o silêncio do ser surda. Creio que aconteceu por acaso. Negavam-me os contatos com LIBRAS, eu e minha irmã também surda fomos oralizadas. Tínhamos pouquíssimos sinais, nos comunicávamos através de mímica. Era uma comunicação pobre. Sentia que eu e minha irmã falávamos com os ouvintes e não éramos entendidas. Atualmente sinto raiva quando não entendo e não sou entendida. Acostumei-me a ser surda. Meu sonho é ser ouvinte, o que gostaria muito. Me sinto com crises de nervosismo e tensão por ser surda. Isso me deixa desorientada, revoltada pela situação. Sonho sempre em ser ouvinte. Sinto-me triste por não poder ir mais longe. Sinto que estou numa loucura para poder ser ouvinte. Gostaria de ouvir música, tenho vontade de comunicar-me pelo telefone. Sinto que poucos me aceitam como surda. Quando estou com ouvintes não agüento. Eles começam a falar entre si e eu tomo uma atitude qualquer, ou peço licença para ir fazer outra coisa. [...] Chamei de Popi meu cachorro. O nome dele é Bobi. Minha mãe insistiu em corrigir-me até que eu conseguisse pronunciar bem o nome. “Fale certo, por favor” é a frase que tenho de ver sempre em seus lábios. Apesar da minha idade, ela diz que eu tenho necessidade de aprender muitos fonemas. Quando minha irmã se formar vai me ensinar a oralizar certo (F.).

Através desse relato nota-se como são as relações entre surdos e ouvintes pensando na questão do apagamento da identidade surda. Perlin (1998 p.54) diz que a identidade surda existe, desde que a pessoa passa a se utilizar dos olhos para fazer interação com o semelhante, ela não se dilui nos meios sociais ouvintes. Vemos através desse relato uma jovem surda que é instigada a ser oralizada e negada o contato com a língua de sinais. Destaco aqui um ponto extremamente importante, o sonho da jovem era ser ouvinte, o que traz a ela um sentimento de revolta por ser surda. No que se refere ao tratamento à pessoa surda, a diferença de tratamento e o isolamento pela falta de comunicação se inicia em casa no ambiente familiar.

Como afirma Strobel (2008, p.49), o nascimento de uma criança surda é um acontecimento natural para a maioria das famílias surdas, porque o povo surdo não vê esta criança como um “problema social” como ocorre com a maioria das famílias ouvintes. A maioria das crianças surdas de pais surdos, geralmente se desenvolve

melhor do que as de pais ouvintes, pelo fato de terem a cultura respeitada no ambiente familiar.

Vemos relatos como esses diariamente justamente por causa do preconceito e da não aceitação da identidade surda, ainda hoje a surdez é vista na visão clínica-terapêutica, como uma deficiência que precisa ser tratada, para que o indivíduo seja “curado”. A todo momento pessoas ouvintes tentam apagar a identidade surda fazendo com que essas pessoas sejam forçadas a serem oralizadas, para até então serem aceitas na sociedade ditas como “normais”, fazendo com que o indivíduo surdo não consiga se enxergar como um ser histórico e cultural. É importante que o surdo resgate sua identidade e que seja visto como alguém importante também na sociedade em que vivemos.

A autora destaca a importância dos movimentos sociais surdos para que lutem pelos seus objetivos e que focalizem que os surdos são sujeitos ativos na sociedade e que haja justiça social contra todos os tipos de preconceitos, discriminação e exclusão social.

3 A IMPORTÂNCIA DE ABORDAGENS BILÍNGUES NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS SURDOS

O bilinguismo é um fenômeno linguístico que ocorre quando uma pessoa é capaz de falar fluentemente duas línguas. Esse fenômeno pode ser resultado de diferentes fatores, como a imigração, a educação bilíngue, a convivência em ambientes multilíngues, entre outros.

Quadros (2005) cita que o “Bilinguismo, então, pode, entre tantas possíveis definições, assim ser definido: o uso que as pessoas fazem de diferentes línguas (duas ou mais) em diferentes contextos sociais” (2004, p. 2). Para Elliot (1982) O bilinguismo dependendo da maneira como as línguas são adquiridas e utilizadas pode ser classificado em diferentes tipos: simultâneo e sucessivo. O bilinguismo simultâneo ocorre quando uma pessoa aprende duas línguas desde a infância, neste caso a criança é exposta a duas línguas maternas pois não há diferenciação de tempo entre a exposição dessas línguas para as crianças. Já o bilinguismo sucessivo ocorre quando uma pessoa aprende uma segunda língua após já ter adquirido a primeira língua. Para que o bilinguismo seja bem-sucedido, é importante que as pessoas recebam uma educação bilíngue adequada, que leve em conta as

particularidades de cada língua e as formas como elas são utilizadas em diferentes contextos. Além disso, é importante que as pessoas tenham acesso a ambientes bilíngues e a oportunidades de praticar as duas línguas regularmente.

A abordagem bilíngue defende a importância de que cada língua seja apresentada a partir de suas características próprias. Sendo assim, para a educação bilíngue os surdos devem garantir a língua de sinais como sua língua natural, ou seja, sua primeira língua e no caso o português escrito como segunda língua.

Segundo Gesueli (2006), a proposta de educação bilíngue refere-se, principalmente, à condição bilíngue do surdo, que deverá ter acesso à língua de sinais por meio do contato com a comunidade surda, sendo a língua majoritária, oral e escrita, trabalhada como segunda língua.

O ensino bilíngue para surdos aparece no Brasil por volta dos anos 90 e defende um espaço mais efetivo para a língua de sinais nas propostas de ensino para surdos” (SILVA; FAVORITO, 2008, p. 20). Mas apenas com o decreto 5.626/05 a Libras e a Língua Portuguesa passa a ser oferecida nas escolas como um direito do aluno surdo e essa oferta deve ser feita de forma simultânea colaborando com o processo formativo do aluno:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Neste artigo é regulamentado através do 1º parágrafo no inciso II, o ensino da libras como primeira língua e da língua portuguesa como segunda língua desde a educação infantil.

A partir da lei 14.191, a educação bilíngue para surdos foi reconhecida como uma modalidade da educação escolar

Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.

Como podemos trabalhar com os alunos surdos a abordagem bilíngue nas escolas? De acordo com as autoras Alvez, Ferreira, Damázio (2010, p.7) do documento publicado pelo Ministério da Educação juntamente com a Secretaria de Educação e a Universidade Federal do Ceará em 2010, a abordagem bilíngue é fundamental para a educação de pessoas surdas:

Por outro lado, a abordagem educacional por meio do bilinguismo visa capacitar a pessoa com surdez para a utilização de duas línguas no cotidiano escolar e na vida social, quais sejam: a língua de sinais e a língua da comunidade ouvinte. Estudos têm demonstrado que esta abordagem corresponde melhor às necessidades do aluno com surdez, em virtude de respeitar a língua natural e construir um ambiente propício para a sua aprendizagem escolar.

As autoras ainda citam o bilinguismo como a liberdade do aluno em querer se expressar em uma das línguas, como uma ferramenta também que faz com que o aluno exercite suas habilidades e interação com o mundo social em que vivemos pensando em um mundo de todos e com suas diferenças.

No documento as autoras destacam que o atendimento às necessidades educacionais específicas dos alunos com surdez é reconhecido e assegurado por dispositivos legais, que determinam o direito a uma educação bilíngue, em todo o processo educativo. Para que esse atendimento seja garantido de acordo com as autoras é necessário que os professores da sala de aula comum deverão buscar recursos e materiais necessários para a contribuição de ensino desses alunos. Damázio (2007, p. 14) continua orientando que “a inclusão de pessoas com surdez na escola comum requer que se busquem meios para beneficiar sua participação e aprendizagem tanto na sala de aula como no Atendimento Educacional Especializado”.

O AEE (Atendimento Educacional Especializado) é oferecido no contraturno da classe comum onde o aluno participa diariamente. Esse atendimento contém três momentos: ensino de Libras (Língua Brasileira de Sinais), ensino em Libras e ensino da Língua Portuguesa como segunda língua.

Através dessa abordagem Damázio (2007) afirma que o trabalho pedagógico de ensino de LIBRAS no AEE (Atendimento Educacional Especializado) para alunos com surdez deve acontecer em um ambiente bilíngue, ou seja, lugar em que se utilizem a língua de sinais e a língua portuguesa, e que se organiza em dois momentos didático-pedagógicos bem distintos: o Atendimento Educacional

Especializado para o ensino em LIBRAS, “em que todos os conhecimentos dos diferentes conteúdos curriculares são explicados em LIBRAS por um professor, sendo o mesmo preferencialmente surdo” e o Atendimento Educacional Especializado para o ensino de LIBRAS.

A imagem 1 apresenta momentos didático-pedagógicos na escola comum.

Imagem 1: atividades realizadas no AEE



Foto 01 - AEE: ensino de Libras.
Dois alunos com surdez e o professor dialogando em Libras sobre a localização dos indígenas que estão estudando. Na lousa estão fixados os mapas do Brasil e do mundo.



Foto 02 - AEE: construção de conceito em Libras.
A professora no AEE ensina em Libras construindo com o aluno conceitos sobre o ciclo de vida da Taenia Solium, por meio de recursos visuais, tais como uma maquete, um cartaz e um esqueleto humano.



Foto 03 - AEE : ensino de Língua Portuguesa na modalidade escrita.
Dois alunos com surdez estão sendo orientados pela professora de Língua Portuguesa.

A abordagem bilíngue para surdos reconhece a surdez como uma experiência visual e suas práticas pedagógicas precisam promover um processo de ensino aprendizagem inclusivo. Para Tardelli (2008, p.29):

Trabalhar o surdo utilizando recursos visuais adequados aos seus sentidos, à sua capacidade de relacionar-se com o outro e que amplie a noção de representação de mundo e possibilidades é um direito [...]. A escola, pensando em novas propostas de práticas pedagógicas deve incluir em seu currículo atividades que utilizem e valorizem este fato (TARDELLI, 2008, p. 29)

Um dos materiais pedagógicos que podemos utilizar são as imagens em suas múltiplas dimensões (fotografias, diagramas, figuras, desenhos, mapas, etc). Entre as estratégias utilizadas no AEE para o ensino de LIBRAS estão a utilização de materiais didáticos específicos, o uso de tecnologias assistivas e a formação de professores especializados. Esses métodos precisam ir para a sala de aula.

Essas estratégias permitem que os alunos surdos tenham acesso a um ensino de qualidade, que respeite suas necessidades específicas e garanta que eles possam se comunicar de forma efetiva. Em resumo, o Atendimento Educacional Especializado é fundamental para garantir o ensino de LIBRAS e, conseqüentemente, o acesso à educação para os alunos surdos.

A abordagem do bilinguismo, aliada a estratégias específicas de ensino, permite que esses alunos tenham acesso a um ensino de qualidade e sejam incluídos no ambiente escolar. É preciso investir cada vez mais nessa modalidade de ensino para garantir a inclusão e o respeito às diferenças.

Segundo Alvez, Ferreira e Damázio (2010) um dos grandes desafios para a implementação do ensino da escola bilíngue é a hegemonia da língua portuguesa, a falta de programas específicos de formação de professores na educação básica e a construção de ambientes educacionais para o ensino de Libras e os métodos adequados.

Bueno (2008) afirma que trabalhar as questões pedagógicas com os surdos não é nada fácil e não é apenas introduzir uma disciplina na grade curricular de formação dos professores, no caso a libras. É preciso investir na formação de professores ainda na graduação, partindo do pressuposto que a disciplina de Libras nos cursos de licenciatura não ensinam de fato a língua, mas sim a importância dela. É preciso pensar também nos instrumentos de ensino que esses professores irão adotar em suas práticas, pois a educação bilíngue parte de uma educação diferente da educação tradicional.

A escola de Taguatinga no Distrito Federal é uma das poucas escolas bilíngues para surdos no Brasil. Os professores utilizam a Libras como primeira língua e lecionam para alunos surdos e para filhos de adultos surdos. Segundo a Secretaria de Estado de Educação, a escola permite que esses alunos vivenciem assuntos importantes como saúde e segurança trazendo pessoas de fora para tratar sobre essas temáticas com os alunos, trazendo uma socialização bem-sucedida do aluno com o meio em que está inserido tirando os surdos da invisibilidade. A supervisora

da escola Adriana Batista Reis de Mello afirma que a instituição por meio de palestras e cursos possibilita a compreensão dos pais na comunicação com seus filhos surdos, muitos aprendem a libras através da escola. De acordo com a supervisora, as crianças ficam deslumbradas por estarem em um ambiente em que todos se comunicam através da Libras. Nas suas palavras a supervisora menciona que:

“Os pais ficam desesperados quando descobrem que os filhos são surdos e perdem tempo tentando outras coisas em vez de inseri-los na instituição. Tentam transplantes auditivos e diversos métodos. Quando descobrem que os filhos não vão falar, procuram um ensino especializado. Os estudantes surdos não são atrasados pedagogicamente por incapacidade, mas pela demora dos pais de investirem nesse ensino adaptado”. (BRASIL, 2023, np.).

Uma aluna surda da escola de Taguatinga tem também sua irmã ouvinte matriculada na escola, ela relata que sua adaptação foi muito tranquila na escola porque todos os seus colegas também falavam a mesma língua. “É muito bom. Já consigo ler muitas coisas. Aqui é melhor. Foi fácil me adaptar e gosto muito da minha professora. A escola bilíngue é bem melhor porque não fico sozinha”, comemora a menina. (BRASIL, 2023)

Nesta seção tivemos o objetivo de evidenciar o acesso e a importância da Libras, a fim de que a instrumentalização da língua contribua para aprendizagem do surdo. A Libras precisa ser ensinada e usada como ferramenta nas escolas, por isso a educação bilíngue é a forma mais viável para o uso dessa língua e para a garantia de um direito dos surdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho conseguiu refletir a maneira como nós, futuros educadores, iremos tratar questões como essas nas nossas escolas e como nós podemos solucioná-las, diante dos desafios que um processo de inclusão propõe.

Através dos estudos, análise e reflexão realizados por meio dessa pesquisa podemos destacar a importância do ensino da Libras nas escolas para promover a verdadeira inclusão. Nessa pesquisa podemos rever nossos conceitos enquanto

educadores e pensarmos na nossa abordagem em sala de aula. Carvalho (2011, p. 32) afirma: “Numa época de tantas e tão rápidas mudanças, é significativo o esforço de todos nós para iniciarmos este novo milênio com propostas mais consistentes e justas, para todos”. Precisamos pensar e avaliar uma educação justa e de qualidade que engloba a todos. Pensando na verdadeira inclusão dos alunos surdos, entendemos que o bilinguismo é de fato o melhor caminho para a qualidade de vida e de ensino dos surdos e nós educadores podemos trazer essa abordagem para nossas salas de aula.

A Língua Brasileira de Sinais é a principal ferramenta para promover essa abordagem, através desse estudo fica evidente que não é apenas o aluno surdo que precisa do conhecimento da Libras, mas pelo ao contrário é importante que toda a comunidade escolar tenha o conhecimento da língua para que assim de fato esses alunos se sintam acolhidos e incluídos na escola e na sociedade. Lacerda (2006 p. 183) nos traz a reflexão que:

A tarefa é criar espaços educacionais onde a diferença esteja presente, onde se possa aprender com o outro, sem que aspectos fundamentais do desenvolvimento de qualquer dos sujeitos sejam prejudicados. A escola, para além dos conteúdos acadêmicos, tem espaço para atividades nas quais poderiam conviver crianças com diferentes necessidades, desde que as atividades fossem preparadas e pensadas para isso. Não se trata de inserir a criança surda nas atividades propostas para ouvintes, mas de pensar atividades que possam ser integradoras e significativas para surdos e ouvintes. (LACERDA, 2006 , p.183).

Deste modo a educação inclusiva será algo que acontecerá naturalmente pois através das práticas presentes no espaço escolar não haverá segregação alguma, sem preconceitos e sem exclusividade em nenhum determinado grupo de sujeitos.

Um dos objetivos desse trabalho já mencionado é compreender a importância da Libras para a inclusão efetiva dos surdos e ao fazer a pesquisa bibliográfica vemos como a Libras é importante e a principal ferramenta para o ensino e desenvolvimento da comunidade surda.

Por meio desse estudo podemos também concluir a relevância das escolas bilíngues que garantem o ensino através da Libras em suas escolas. Considero esse estudo bastante relevante para nós enquanto educadores pois precisamos pensar em romper essas barreiras que a comunidade surda passa, embora que através de muita luta garantimos muitas vitórias, o sonho de implementação de mais escolas

bilíngues seja realizado para atender a demanda da comunidade surda. Este é sem dúvidas um desafio, mas também uma esperança.

REFERÊNCIAS

ALVEZ, C. B.; FERREIRA, J. P.; DAMÁZIO, M. M. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar. Abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez. Universidade Federal do Ceará. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n.º 9394/96. Brasília, 1996

BRASIL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Escola Bilíngue de Taguatinga é referência em ensino para surdos no DF. (Taguatinga): Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 24 de Abril de 2023. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/escola-bilingue-de-taguatinga-e-referencia-em-ensino-para-surdos-no-df/>

BUENO, J. G. S. A produção acadêmica sobre inclusão escolar e educação inclusiva. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; HAYASHI, M. C. P. I. (Org.). Temas em educação especial: conhecimentos para fundamentar a prática. Araraquara: Junqueira&Marin; Brasília, DF: CAPES-PROESP, 2008. p. 31-47.

CROMACK, Eliane Maria Polidoro da Costa. "Identidade, cultura surda e produção de subjetividades e educação: atravessamentos e implicações sociais." *Psicologia: ciência e profissão* 24 (2004): 68-77.

DAMÁZIO, M. F. M. Atendimento educacional especializado. Pessoa com surdez. Brasília: SEESP/SEED/MEC, 2007.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de Dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: . Acesso em: 27 de novembro de 2017.

ELLIOT, A.J. 1982. À linguagem da criança. Rio Zahar.

GRANDE, R. M. C. Inclusão: privilégio de conviver com as diferenças. 2006. 37 f. Monografia – Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2006.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em revista**, p. 61-79, 2011.

LACERDA, Cad.Cedes, Campinas, vol26, n.69, p.163-184, maio/ago.2006

_____. Lei nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 27 de novembro de 2017.

MAGNANI, José Guilherme. Vai ter música? Para uma antropologia das festas juninas de surdos da cidade de São Paulo. Ponto Urbe [Online], | 2007, posto online no dia 30 Julho 2007, consultado o 01 Outubro 2016. URL: <http://pontourbe.revues.org/1239>; DOI: 10.4000/ pontourbe.1239

MINAYO, Maria Cecillia de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 4. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1996. p. 21.

PERLIN, Gladis. Identidades surdas. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998, 2000: 51-73.

QUADROS, R. M. de. O bi do bilingüismo na educação de surdos In: Surdez e bilingüismo. 1 ed. Porto Alegre : Editora Mediação, 2005, v.1, p. 26-36.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Integração e Inclusão: do que estamos falando? Temas sobre Desenvolvimento, v.7, n.39. 1998.

SILVA, I.; FAVORITO, W. Surdos na escola. Brasília: MEC, 2008.

STROBEL. Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

TARDELLI, R. A televisão, o surdo e a escola: relações possíveis. Ribeirão Preto: Centro Universitário Moura Lacerda, 2008.